



1  
2  
3

**COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR - CIRM  
ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE INTEGRAÇÃO  
DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (Gi-Gerco)**

**Sala de Reuniões da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do  
Mar -SECIRM**

**Brasília - DF, 17 de Novembro de 2011. Horário: 14:30 às 18:30 horas**

4

**Coordenação da Reunião: Roberto Vizentin (MMA) / Adalberto Eberhard (MMA) /  
Comandante Celso Moraes Peixoto Serra (SECIRM)**

**Relatoria: Adelias Freires Bastos (MMA)**

5

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PARTICIPANTE(S)</b>
Antaq	Maria Luíza Gusmão
Abema	Andrea Olinto
MB/EMA	Carlos Frederico Simões Serafim
MMA	Roberto Vizentin
MMA	Adalberto Eberhard
MMA	Leila Affonso Swerts
MMA	Cláudia Santos
MMA	Adelias Freires Bastos
Mtur	Marcela Souza
Mtur	Salomar Mafaldo de Amorim Jr.
MPA	Michelle Xavier dos Santos
MPA	Rafael Pasin C. R. Roma
MCTI	Janice Romaguera Trotte Duhá
Ibama	Giovana Bottura
MME	Antonio Edson Guimarães Farias
SECIRM	Celso Moraes Peixoto Serra
MPOG	Reinaldo Magalhães Redorat
MCTI	Andrea C. Cruz

Representante G-17	Sandra Ribeiro
Mover	Luiz Ernesto Borges de Mourão
MB	Marise
SEP	Andréa Lepesqueur
UNESCO	Maria Carolina Hazin
Câmara dos Deputados	Miriquinho Batista
Câmara dos Deputados	Titan Lima
Prefeitura Município Curuçá	Jorge Luiz Macedo da Rocha
Câmara dos Deputados	Raquel Paz

6

## ITENS DA AGENDA

### 1. ABERTURA

7 Às 14,30hrs, com cerca de 18 instituições presentes o representante da Secirm, Comandante  
8 Celso Serra, declarou aberta a 41ª Sessão Ordinária do Gi-Gerco, e deu as boas vindas aos  
9 participantes, passando a seguir a coordenação ao Secretário de Extrativismo e  
10 Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR/MMA) Sr. Roberto Vizentin, que para  
11 contextualizar a fala do Deputado Miriquinho, pauta da agenda, discorreu sobre os  
12 desdobramentos do encontro que reuniu mais de 200 lideranças extrativistas da Amazônia  
13 para discutir agenda e reposicionar os compromissos do governo federal na pauta dos  
14 extrativistas.  
15 A condução da sessão ficou a cargo do Sr. Adalberto Eberhard, diretor do Departamento de  
16 Zoneamento Territorial (DZT) da SEDR/MMA.  
17

### 2. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

#### 2.1. Agenda – aprovação da pauta

18 Pauta aprovada com as inserções e reordenamento dos temas da pauta.

#### 2.2. Ata da Sessão Anterior - Aprovação

19 Após alterações de redação e correções de terminologias, solicitadas pela Sra. Janice  
20 Trotte do Ministério da Tecnologia, Ciência e Inovação (MCTI), seguiram-se  
21 considerações do Sr. Adalberto e manifestações do colegiado aprovando a ata da 40ª  
22 Sessão.

### 3. NOTÍCIAS - INFORMES

#### 3.1. UNESCO: Planejamento Espacial Marinho no Brasil – PEM - (Sra. Maria Carolina Hazin – Oficial Unesco)

23 Planejamento Espacial Marinho (PEM) é um processo sistemático de planejamento pelo  
24 qual a distribuição espacial e temporal de atividades humanas em áreas marinhas é  
25 analisada. A partir destas análises são propostas alternativas de alocações e incentivada  
26 sua implantação na forma de políticas públicas e de gestão.

27 A Sra. Carolina informou que o objetivo final é promover a sustentabilidade ecológica,  
28 econômica e social das atividades humanas nesta área e que por meio do PEM busca-se  
29 reduzir conflitos, organizar e agilizar processos de licenciamento e planejar adaptações  
30 à mudanças climáticas. Destacou que a Unesco secretaria a Comissão Oceanográfica  
31 Intergovernamental (COI) criada em 1960 e que o PEM é um dos programas da COI.

32 A Oficial da Unesco fez um informe sobre o evento, que acontecerá nos dias 21 e 22 de  
33 novembro corrente, alimentado por uma parceria com a União Internacional para a  
34 Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), Conservação Internacional  
35 (CI) e Rede Meros, com apoio financeiro do Fundo Vale.

36 Afirmado que devemos reconhecer que o Planejamento Marinho é uma atividade de  
37 Estado, e que a Unesco se coloca com o papel de facilitadora, pontuou que a proposta  
38 do seminário/oficina é abrir o diálogo buscando a visão dos atores, para juntos  
39 identificarem necessidades, avaliarem se é o tempo oportuno para tratar o tema e  
40 coletarem as intenções políticas no tema. Registrou que realizaram apresentações  
41 prévias ao MMA e ao MCTI e que em conversas na SECIRM, reconhece-se nesta, uma  
42 instância de interesses e mandato.

43 A oficina terá a presença de especialistas internacionais, com experiência na condução  
44 ou coordenação de processos internacionais sobre o PEM; o desafio é o de criar uma  
45 base comum de informações, discutir a abrangência do planejamento e pensar os  
46 próximos passos juntos para o mapeamento dos múltiplos usos do espaço marinho.

#### 3.2. Seminário Regional do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - (Miriquinho Batista - Deputado Federal)

47 O DZT/MMA foi procurado pelo gabinete do Deputado Federal pelo Pará, Miriquinho  
48 Batista, propondo a organização de um seminário para a Região Norte sobre o Plano  
49 Nacional de Gerenciamento Costeiro. Foi solicitado apoio do DZT com conteúdo e  
50 indicação de pessoas para debater e para participar do Seminário. Neste contexto o  
51 deputado foi convidado a participar da reunião do Gi-Gerco para expor sua iniciativa  
52 aos demais membros do colegiado.

53 O deputado Miriquinho discorreu sobre sua experiência pública, destacando sua ação  
54 como Gerente Regional Norte da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da  
55 Presidência da República e enfatizou sua atuação em grandes temas regionais.

56 Entre as Comissões Temáticas e Permanentes da Câmara Federal, destacou a Comissão  
57 da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR) criada

58 em 1977 e formada por nove estados da região.

59 Acolhendo demandas da região, o deputado, em parceria com a Secretaria de  
60 Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) do MMA, através da  
61 Diretoria do Departamento de Zoneamento Territorial (DZT), está trabalhando para  
62 consubstanciar o diálogo com atores locais, para no escopo do Gerenciamento Costeiro  
63 construir soluções a partir da visão regional.

64 Através da Comissão CAINDR, o deputado informou que será realizado o Seminário  
65 Regional de Gerenciamento Costeiro. Pontuou que, no âmbito da CAINDR, será  
66 debatido e diagnosticado a situação atual da implantação e operacionalização do Plano  
67 Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei nº 7.661/1988 e do  
68 Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF/ZC) um dos Instrumentos  
69 estabelecidos no decreto nº 5.300/2004 que regulamenta a lei que instituiu o PNGC.

70 Considerando que o seminário permitirá entender o processo e balizar seu apoio,  
71 afirmou que com base no diagnóstico pretende intervir positivamente, estabelecendo  
72 ações que atendam as demandas apontadas, através de Indicações Legislativas e Reforço  
73 Orçamentário viabilizando a Gestão Costeira na região, como preconizado no PNGC e  
74 PAF/ZC.

75 Finalizou afirmando que, coloca o Mandato à disposição, no âmbito da CAINDR, para  
76 construção de soluções que atendam as demandas da região.

### **3.3. Assento Universidade no Gi-Gerco - (Sra. Leila Swerts - Gerência Costeira/MMA)**

77 Na 40ª sessão como resultado dos debates ficou deliberado que as Universidades  
78 passam a ter assento no Gi-Gerco e que a indicação do titular e suplente seja feita pelo  
79 Comitê Executivo para a Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisa e Pós-  
80 Graduação em Ciências do Mar (PPG-MAR), mediante consulta de interesse entre seus  
81 membros.

82 O processo está em andamento e o prof. Krug (coordenador do PPG-MAR), informou  
83 que uma consulta prévia foi efetuada, e brevemente o representante das Universidades  
84 estará designado.

### **3.4. GT Eólicas**

85 O Sr. Reinaldo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do  
86 Patrimônio da União (MPOG/SPU) informou que o plano de trabalho está sendo  
87 elaborado e haverá um informe na próxima sessão do colegiado.

### **3.5. Gerco nos Estados e Projeto Orla – situação atual e desafios - (Sra. Claudia Santos - Gerência Costeira/MMA)**

88 O Projeto Orla (PO) busca compatibilizar as políticas ambiental, patrimonial e urbana  
89 no trato dos espaços litorâneos, especialmente em áreas sob domínio da União, por meio  
90 de uma ampla articulação entre os três níveis de governo e a sociedade.

91 A ocupação da orla por barracas de praia e outras estruturas de apoio ao turismo é uma  
92 questão que se apresenta em todo o litoral do país. A questão foi discutida pelo  
93 colegiado na 40ª sessão, onde foi reconhecida a urgência de diretrizes mais claras para o

94 ordenamento e adequação ambiental.

95 A Sra. Cláudia relatando as atividades realizadas no PO informou que entre as ações  
96 implementadas, foram realizadas as Oficinas I e II do Projeto Orla no Guarujá-SP; Itajaí  
97 e Porto Belo/SC; Campos dos Goytacases/RJ; Barra de São Miguel/AL; Paulista/PE;  
98 Audiência Pública para aprovação do Plano de Gestão Integrada (PGI) no município de  
99 Entre Rios (BA), e Oficinas de Planejamento e Fortalecimento da Comissão Técnica  
100 Estadual (CTE's) no Estado do Maranhão.

101 Informou que está em fase de elaboração o Edital de licitação para realização de três  
102 cursos regionais para formação de novos instrutores do PO. Ainda, a Fundação da  
103 Universidade Federal do Rio Grande (FURG) realizará em 2012 na modalidade  
104 Educação a Distância (EAD) o curso para capacitação e mobilização sobre PO.

105 Sob a ótica do PO como ferramenta de intervenção urbanística, buscando-se a  
106 integração de instrumentos incidentes no espaço de ação do PO, relatou que três  
107 Oficinas de Integração de Instrumentos de Planejamento Urbano foram conduzidas com  
108 o MCidades, a Agenda 21 e o ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico), e que a agenda  
109 de trabalho para 2012 será elaborada na próxima oficina, programada para o dia 30 de  
110 novembro. Informou que neste contexto será lançado pelo Fundo Nacional do Meio  
111 Ambiente (FNMA), Edital para integração de ações de planejamento urbano, com um  
112 foco territorial específico.

113 Entre os desafios, a Sra. Cláudia apontou a normatização de acesso à praia ainda não  
114 regulamentado, a normatização para estabelecer critérios de usos de estruturas de praia,  
115 a capacitação contínua dos instrutores que dão suporte a construção dos PGI's e a  
116 capacitação das CTE's dando clareza às implicações decorrentes dos princípios do PO,  
117 para que sejam facilitadores na mobilização de outros municípios e apoiadores da  
118 implementação dos PGI's.

119 Como desafios também apontou a estruturação das equipes do PO nas instituições  
120 responsáveis pela Coordenação Nacional, e no âmbito do Gi-Gerco, especificamente a  
121 necessidade de apoio mais efetivo e compromisso dos membros do colegiado em  
122 apropriar-se do processo de desenvolvimento do PO, participando das oficinas. Pontuou  
123 que seria um avanço, a participação, em todas as oficinas, de representantes da Marinha,  
124 Turismo, Cidades, Portos, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos  
125 Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da  
126 Biodiversidade (ICMBio) entre outros, pois as demandas colocadas durante as oficinas  
127 seriam direcionadas e conduzidas prontamente pelos representantes.

128 Como maior desafio, apontou a questão de recursos e a efetiva implementação dos PGI  
129 's, posto que usualmente esses indicam projetos de Saneamento, de Turismo e de modo  
130 geral de regularização ambiental. Ficou acordado que a Coordenação Nacional enviará  
131 um convite a todos os membros do GI-GERCO, informando as datas das realizações das  
132 oficinas do Projeto Orla, com antecedência, para que os mesmos participem do evento.

133

### **3.6. Projeto Orla Informe sobre o curso de Capacitação - (Sr. Reinaldo Redorat - MPOG/SPU)**

134 O Sr. Reinaldo informou que o curso será conduzido pela Fundação da Universidade  
135 Federal do Rio Grande (FURG) na modalidade educação a distância (EAD) para  
136 capacitação sobre o Projeto Orla, disponibilizando 500 vagas. Estão aberta as inscrições  
137 para o curso com início previsto para março de 2012.

### **3.7. Informe do PSRM - (Plano Setorial para os Recursos do Mar) (Sra. Leila Swerts - Gerência Costeira/MMA)**

138 Parabeniza a coordenação pela condução do processo de elaboração do VIII PSRM,  
139 destacando como avanços "a introdução de um modelo de gestão participativa; um  
140 compromisso mais explícito com a disponibilização de dados e informações para a  
141 sociedade; além de um olhar mais apurado para os recursos presentes na zona costeira".  
142

## **4. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO**

### **Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) - Agenda Ambiental Portuária - AAP - (Sra. M<sup>a</sup> Luíza Gusmão - Antaq)**

143 Apresentou a continuidade do trabalho que vêm sendo realizado em conjunto com a  
144 SEP e MMA para revisão da Agenda Ambiental Portuária (AAP), um dos projetos da  
145 Linha 3 do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira. Na 40<sup>a</sup> sessão do colegiado  
146 colocou-se como proposição que o Comitê de Articulação da AAP deveria ser  
147 convocado para discutir as questões apontadas. Tendo como núcleo base, a Antaq, a SEP  
148 e o MMA, tratativas estão sendo conduzidas para estabelecer o Termo de Referência  
149 balizador das atividades que o Comitê estará desenvolvendo.  
150 Ficou encaminhado que reuniões bilaterais com os membros do Comitê de Articulação  
151 da AAP, sejam conduzidas para rever objetivos e estabelecer metodologia de trabalho.

## **5. OUTROS ASSUNTOS**

### **5.1. SMC – (Sistema de Modelagem Costeira) Comitê Executivo - (Sra. Leila Swerts - Gerência Costeira/MMA)**

152 Na 40<sup>a</sup> sessão do Gi-Gerco foi aprovado a formação do Comitê Executivo do SMC-  
153 Brasil, e ficou encaminhado que o MMA consultaria oficialmente os membros do Gi-  
154 Gerco para que se manifestassem quanto ao interesse em participar do Comitê  
155 Executivo e identificassem casos de interesse para a aplicação do sistema.

156 A Sra. Leila informou que na condução, o MMA oficiou as instituições e sete  
157 representações se manifestaram afirmativamente. Considerando então que já existe um  
158 núcleo de apoio a implementação, este será convocado para iniciarem as ações do  
159 comitê. Pontuou-se que a segunda etapa do processo representa o grande desafio, qual  
160 seja disseminar esta ferramenta na gestão costeira do país.

161 Relatou que com o avanço do projeto, realizou-se reunião, durante o Congresso Latino-

162 Americano de Ciências do Mar (COLACMAR), aproveitando a presença do prof.  
163 Mauricio Gonzalez da Universidade da Cantabria e do prof. Antônio Klein da  
164 Universidade Federal de Santa Catarina, que participavam do evento, e entre os  
165 desdobramentos dois novos estudos de caso (pilotos) foram estabelecidos, envolvendo  
166 ações de cooperação com os estados de PE e AL, ampliando o universo dos parceiros,  
167 hoje restrito as Universidades. Escolhido como primeiro projeto piloto a cidade do  
168 Recife, com notório histórico de problemas de erosão, e como segundo projeto piloto, o  
169 estado de Alagoas, que está analisando a possibilidade de atender as demandas postas  
170 para se efetivar como tal.

171 Com relação a questão de acesso à dados para calibração do SMC-Brasil, informou que  
172 tratativas estão acontecendo buscando construir parcerias com a Diretoria de  
173 Hidrografia e Navegação (DHN) e o Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias  
174 (INPH), instituição de pesquisa vinculada à Secretaria de Portos (SEP). Considerou que  
175 a visita ao INPH, pareceu promissora, pela capacidade, e por disporem de dados e série  
176 históricas. Nesta aproximação, formulou-se um convite ao INPH para fazer uma  
177 apresentação institucional nesta sessão do Gi-Gerco e que por razões alheias, não foi  
178 possível concretizá-la.

179 Relatou que como locus técnico do projeto SMC-Brasil, está o prof. Klein da  
180 Universidade Federal de Santa Catarina, que coordena o trabalho, e uma oceanógrafa,  
181 que desenvolveu a sua dissertação de mestrado no tema SMC-Brasil, na Universidade  
182 da Cantabria (IH). A técnica está no momento coletando os dados (ondas e marés) para  
183 calibração do SMC-Brasil nas instituições DHN e INPH, principais instituições  
184 brasileiras que tem sob sua guarda dados oceanográficos.

## **5.2. GPA -Programa de Ação Global para a Proteção do Meio Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra - (Sra. Leila Swerts – Gerência Costeira /MMA)**

185 O GPA é um programa dirigido à mitigação e prevenção da degradação dos ambientes  
186 marinhos e costeiros causada por atividades baseadas em terra. O GPA foi adotado em  
187 1995 através da Declaração de Washington, com adesão de 108 países, a Comissão  
188 Europeia e outros atores. Caracteriza o compromisso de proteger e preservar o ambiente  
189 marinho de ameaças advindas de atividades em terra, representando a única iniciativa  
190 global que foca diretamente a conectividade entre os ambientes terrestres, costeiros e  
191 marinhos.

192 A Sra. Leila informou que o Brasil aderiu ao GPA e no momento a Gerência Costeira  
193 (MMA) é o ponto focal, relatando que como prioridades o GPA postula a redução da  
194 poluição e contaminação das águas, dos sedimentos e organismos aquáticos por esgotos,  
195 resíduos sólidos, Poluentes Orgânicos Persistentes (POP), metais pesados e  
196 hidrocarbonetos, bem como a proteção dos ecossistemas, preservação da biodiversidade  
197 e dos estoques pesqueiros.

198 Aconteceram várias reuniões intergovernamentais para condução do programa, mas o  
199 Brasil não construiu o Plano Nacional de Ação (PNA), decidindo em implementar  
200 medidas que mesmo não criadas no contexto do GPA, trazem importantes resultados  
201 para a proteção do ambiente marinho.

202 Para a reunião intergovernamental que acontecerá em janeiro de 2012, em Manila,  
203 Filipinas, estão postos os objetivos de rever o progresso da implementação do GPA  
204 (2007 – 2011), estabelecer a Declaração de Manila, adotar o programa de trabalho  
205 (PNA) para 2012-2016, construir as recomendações para a Rio+20 e elaborar o  
206 Relatório de Progresso da Implementação (2007-2011), contemplando as categorias:  
207 nutrientes, esgoto e lixo marinho.

208 A Sra. Leila apontou que deve ser analisado o interesse na reaproximação com o  
209 programa, entendendo que a adesão pode trazer benefícios ao Brasil na medida em que  
210 poderá catalisar resultados de iniciativas independentes. Em nome do GPA, pode-se  
211 adotar uma estratégia de monitoramento e avaliação de qualidade do ambiente marinho,  
212 convergente com a iniciativa de elaboração sistemática do Relatório de Qualidade do  
213 Meio Ambiente, deflagrada pelo Ibama neste ano de 2011. Pode também ser  
214 oportunidade para aproximação com o Programa Mares Regionais, do PNUMA, e para  
215 captação de recursos via GEF, caso seja de interesse do Brasil. Por último, vale ressaltar  
216 que o Programa Temático Mar, Zona Costeira e Antártica do PPA 2012-2015 sinaliza  
217 para uma maior atenção e visibilidade no Brasil para os assuntos marinhos e costeiros.

218 O Sr. Luiz Mourão (MOVER) fez uma reflexão sobre o GPA e comentou que pedirá  
219 uma apresentação do Projeto Orla no Conama.

220 O Sr. Adalberto informou que levou para o Grupo de Articulação e Integração do  
221 Gerenciamento Costeiro (GAI-Gerco) a discussão sobre a importância do programa, e  
222 que o debate está sendo conduzido dentro do Ministério até que haja uma decisão sobre  
223 a continuidade de participação ou não no programa.

224 Como contribuição a Sra. Andréa Lepesqueur (SEP) informou que está em  
225 implementação o Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e  
226 Efluentes em 22 portos marítimos brasileiros que fará o inventário e diagnóstico dos  
227 resíduos sólidos, efluentes e fauna sinantrópica nociva. Relatou que no âmbito do  
228 Programa Nacional de Dragagem (PND) uma base de dados sobre os sedimentos  
229 coletados e analisados, tendo como referência a resolução 344/2004 (CONAMA), está  
230 sendo construída e será disponibilizada.

### **5.3. Prefeitura de Curuçá – (Sr. Jorge Luiz Macedo da Rocha - Vice-Prefeito)**

231 Informou que vem trabalhando na valorização dos povos tradicionais, do mangue, da  
232 maré, participando de debates sobre vários temas, que não poderiam ser detalhados no  
233 momento, por exiguidade de tempo. Estes debates foram inseridos em pautas na  
234 Assembleia Legislativa e outros eventos no estado. Das reflexões emergiu como maior  
235 necessidade inseri-los no âmbito do gerenciamento integrado da zona costeira.

236 O seminário proposto pelo deputado Miriquinho representa parte deste esforço, no  
237 sonho de implementar o Gerenciamento Integrado da Zona Costeira, no âmbito da  
238 CANDIR, trazendo o apoio e os reflexos desta política pública para o desenvolvimento  
239 da região.

240 Comentou que atualmente as comunidades são articuladas através das Reservas  
241 Extrativistas (RESEX), que possuem seus conselhos deliberativos e seus comitês das



242 populações pesqueiras tradicionais. Pontuou que levará para as comunidades da região o  
243 encorajamento que ouviu e as possibilidades de articulações que se abrem neste  
244 colegiado.

245 Finalizando pediu apoio na recuperação de um navio, atualmente estacionado no porto  
246 da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), para transformá-lo em navio  
247 pesquisa-escola na área de biologia marinha e oceanografia, apoiando também a UFRA  
248 nos desenvolvimentos de pesca em alto mar pois a pesca que prevalece atualmente é a  
249 artesanal em águas superficiais.

#### **5.4. Portaria 24/2010 SPU (Sr. Reinaldo Redorat - MPOG/SPU)**

250 Na 40ª sessão do Gi-Gerco foi apresentada a Portaria 24/2010(SPU) que estabelece  
251 normas e procedimentos para processos visando à cessão de espaços da União, busca a  
252 inclusão sócio territorial e atua propositivamente na destinação de cada imóvel.

253 O Sr. Reinaldo informou que está em andamento a revisão da portaria e solicitou  
254 contribuições.

#### **6. ENCERRAMENTO**

255 O comandante Serra agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 18:30horas.

256 A próxima reunião do Gi-Gerco será realizada dia 11 de abril de 2012.